



Revista Brasileira de História das Religiões

ISSN
1983-2850

VOLUME 18 | NÚMERO 52 | JANEIRO-ABRIL 2025

CHAMADA TEMÁTICA - África Cristã: 2.000 anos de história

 <https://doi.org/10.18764/1983-2850v18n52e26057>

A África como centro intelectual do cristianismo na Antiguidade Tardia: o Egito do séc. IV

Julio Cesar Dias Chaves

Doutor em Ciências das Religiões (Université Laval, 2018). Professor de História da Igreja e Grego do Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília - FATEO

 <http://lattes.cnpq.br/0036096159111822>

 <https://orcid.org/0000-0002-2188-4314>

 jcchaves@gmail.com

RECEBIDO | 19 fev. 2025 – APROVADO | 02 abr. 2025



Resumo: O Egito antigo é geralmente conhecido por conta do período faraônico, mas o que poucos sabem é que, ainda na Antiguidade, esse país situado na África foi o centro intelectual do cristianismo. Durante o séc. IV, o Egito foi palco de algumas das mais importantes controvérsias religiosas e de discussões que moldaram dogmas importantíssimos para o cristianismo, como o da divindade de Jesus, além de ter sido o local de atuação de Atanásio, um dos mais significativos teólogos dos primeiros séculos. Além disso, o Egito testemunhou o nascimento e desenvolvimento do monasticismo, uma realidade fundamental para o cristianismo medieval e que, mais tarde, a partir de Bento de Núrsia, serviu como modelador do Ocidente. Foi a partir, portanto, do Egito, na África, que algumas das mais importantes realidades do cristianismo e do Ocidente nasceram e se consolidaram. Esse artigo demonstra como o Egito foi o centro intelectual do cristianismo no séc. IV, com suas discussões teológicas de vanguarda e o surgimento do monasticismo.

Palavras-chave: Egito; cristianismo antigo; monasticismo.

Africa as the Intellectual Center of Christianity in Late-Antiquity: 4th Century Egypt

Abstract : Ancient Egypt is generally known for the history of the Dynastic period. However, even in Antiquity, the history of this African country has much more to tell us. A commonly unknown period of Egyptian Ancient history is the 4th century, when Egypt became the intellectual center of Christianity. During the 4th century, Egypt witnessed some of the most important religious controversies and discussions that shaped essential Christian dogmas, such as the divinity of Christ. In addition, Egypt was the place where Athanasius, one of the most significant theologians of the first centuries, performed his pastoral work. 4th century Egypt also witnessed the birth and development of monasticism, a fundamental reality for medieval Christianity, being a role model for many important Western monastic movements, such as that founded years later by Benedict of Nursia. It was therefore in Egypt, in Africa, that some of the most important Christian and Western Civilization elements came into being. This article thus demonstrates how Egypt was the intellectual center of Christianity in the 4th century, with its cutting-edge theological discussions and the emergence of monasticism.

Keywords: Egypt; early christianity; monasticism.

África como centro intelectual del cristianismo en la Antigüedad tardía: Egipto en el siglo IV

Resumen: El antiguo Egipto es generalmente conocido por su período faraónico, pero lo que pocos saben es que, incluso en la antigüedad, este país ubicado en África fue el centro intelectual del cristianismo. Durante el siglo IV. El Egipto fue escenario de algunas de las más importantes controversias y discusiones religiosas que configuraron dogmas muy importantes para el cristianismo, como la divinidad de Jesús, además de ser el lugar donde trabajó Atanasio, uno de los teólogos más significativos de los primeros siglos. El Egipto vio además el nacimiento y desarrollo del monacato, realidad fundamental para el cristianismo medieval y que, más tarde, a partir de Benito de Nursia, sirvió como modelador del Occidente. Fue pues desde el Egipto, en África, donde nacieron y se consolidaron algunas de las realidades más importantes del cristianismo y del Occidente. Este artículo demuestra cómo Egipto fue el centro intelectual del cristianismo en el siglo IV, con sus discusiones teológicas de vanguardia y el surgimiento del monacato.

Palabras Clave: Egipto; cristianismo antiguo; monacato.

Introdução

Quando se fala em Egito, muito provavelmente, a primeira coisa na qual se pensa é nos faraós, nas pirâmides e na Esfinge, em outras palavras, naquilo que os historiadores convencionaram chamar de Egito dinástico ou faraônico (Lévêque, 2009). É bem provável, aliás, que só se pense nisso, como se o Egito se resumisse a isso. Para o senso comum, a mídia e a indústria do entretenimento, esse é o único Egito que existe. É como se os cerca de 6 mil anos de existência e história do Egito se resumissem ao período dos faraós. Pode parecer estranho, mas fica a impressão de que o Egito desapareceu ao fim do período dinástico e ficou oculto por mais de 2 mil anos para reaparecer magicamente no séc. XX, para ser visitado pelos turistas ocidentais, ávidos por conhecer as pirâmides e a Esfinge e ver as múmias.

Será que nada de importante ou interessante aconteceu no Egito desde a deposição do último faraó, no séc. IV a.C.? Nada que fosse digno da atenção do grande público e até mesmo dos historiadores? Na melhor das hipóteses, há de se pensar também em Cleópatra; de modo mais exato, Cleópatra VII Filopátor, a famosa rainha que encantou os romanos. E nesse caso, é bem possível que se cometam anacronismos, associando a famosa rainha helenística – ou seja, de origem grega – ao período faraônico, como se ela fosse contemporânea dos faraós.

No entanto, cerca de 200 Anos separam o fim do período dinástico – ou seja, a era dos faraós – de Cleópatra VII. Para elucidar como essas percepções genéricas e anacrônicas da história do Egito podem ser enganadoras, cerca de 2500 anos separam Cleópatra VII da construção da famosa Esfinge da necrópole de Gizé. Portanto, o intervalo de tempo que separa Cleópatra da construção da Esfinge é maior do que o intervalo de tempo que separa a própria Cleópatra de nós.

Diante dessas considerações iniciais, fica a pergunta: o que mais aconteceu no Egito ao longo da história e que vai além do período faraônico e de Cleópatra? Obviamente, não há tempo aqui para se fazer um resumo de toda a história do Egito desde o período dinástico até os dias de hoje. Não seria sequer possível falar de toda a história do Egito na Antiguidade. Assim sendo, apenas a título ilustrativo, o Egito Antigo, além do período dinástico, pode ser dividido nos períodos helenístico, romano e bizantino – esse último, já limítrofe com a divisão tradicional da história, que fala em Antiguidade e Idade Média. Costuma-se ainda falar em Egito copta, fazendo-se referência ao Egito nativo, que sofreu menos influência da helenização – cultura grega – ou romanização do que a região do Delta do Nilo. O Egito copta possuía, inclusive, uma língua própria, que era usada por uma parte considerável dos cristãos da região na época romana/bizantina e que foi sendo gradualmente substituída pelo árabe com a conquista islâmica, a partir do séc. VII.

Mas para o assunto que deve ser tratado aqui, será usado outro conceito, o de Antiguidade Tardia (Brown, 1972). O objetivo é mostrar como o Egito e, portanto, a África, foi o centro intelectual do cristianismo nesse período. Nesse recorte temporal em específico, o Egito foi o palco de alguns dos principais acontecimentos que seriam fundamentais para o desenvolvimento do cristianismo que, nunca é demais dizer, é uma das forças modeladoras da civilização ocidental.

Eu iria além – mesmo correndo o risco de ser polêmico – e diria que o auge da história do Egito não é a civilização faraônica, mas o Egito da Antiguidade Tardia, com toda sua efervescência cultural, demonstrada, por exemplo, pela atuação de filósofos neoplatônicos e pelos grandes teólogos cristãos que lá atuaram nessa época. Em outras palavras, o cristianismo e o Ocidente são

o que são hoje devido em grande medida ao que aconteceu no Egito – e, portanto, na África – na Antiguidade tardia, principalmente no séc. IV. O objetivo desse artigo, portanto, não é somente demonstrar o que aconteceu de importante no Egito nesse período, mas demonstrar como o próprio Egito – e, portanto, mais uma vez, a África – são fundamentais para a formação do Ocidente.

Falemos agora um pouco sobre o conceito de Antiguidade Tardia.

A Antiguidade Tardia

O objetivo do conceito de Antiguidade Tardia é trazer algumas nuances em relação à divisão tradicional da história em períodos, marcados por rupturas e divisões abruptas. Assim sendo, ao invés de enxergar a passagem da Antiguidade para a Idade Média como uma ruptura, baseando-se num acontecimento repentino – a queda do último imperador romano do Ocidente em 476 – o conceito de Antiguidade Tardia propõe que essa transição tenha acontecido de forma gradual. Duas obras podem ser citadas como marcantes no desenvolvimento desse novo conceito cronológico, a do historiador belga Henri Pirenne (Pirenne, 1937) e a de outro historiador, dessa vez irlandês, Peter Brown (Brown, 1972).

Quando se fala em Antiguidade Tardia, portanto, fala-se de um período de transição gradual entre a Antiguidade e a Idade Média, período esse que se situaria mais ou menos entre os sécs. III e VIII, e que moldaria em grande medida a Idade Média e a civilização Ocidental. Muitos dos fenômenos fundamentais para a formação do medievo começaram a ganhar forma nesse período. Um exemplo elucidativo é o monasticismo cristão, particularmente importante para o que se discute aqui, já que surgiu no Egito do séc. IV (Chitty, 1966; Drobner, 2003, 363-394; Wipszycka, 2009).

Falemos agora rapidamente da chegada do cristianismo ao Egito e de como ele se desenvolveu ao longo dos primeiros séculos para então elucidar sua importância no séc. IV.

A Chegada do Cristianismo ao Egito

Tradicionalmente, atribui-se a evangelização do Egito a São Marcos, o autor de um dos Evangelhos canônicos. Ele é tido até hoje – inclusive pelos cristãos egípcios – como o primeiro bispo/Patriarca de Alexandria, a mais importante cidade do Egito do ponto de vista cultural a partir das conquistas de Alexandre e que se tornou a sede da Igreja egípcia. Após um primeiro impulso de expansão na primeira metade do séc. II, o cristianismo já estava presente no Egito ao final do séc. II, como aliás, em todo o norte da África (Griggs, 1991).

O cristianismo na África produziu importantíssimos personagens e teólogos de vulto – além daqueles dos quais vamos falar mais adiante – como Tertuliano (Drobner, 2003, 160-171), São Cipriano (Drobner, 2003, 171-187) e o grande Santo Agostinho (Drobner, 2003, 395-444), um dos mais prolíficos autores da história da cristandade. O cristianismo africano produziu ainda 3 papas: São Vitor I (189-199), São Melquíades (310/311-314) e São Gelásio I (492-496). No entanto, apesar de bastante solidificado, o cristianismo no norte da África não resistiu ao impulso expansionista do Islã no séc. VII (Hourani, 2006) e praticamente desapareceu, a exceção do Egito (Sawanson, 2010). Até hoje, cerca de 10% da população egípcia – algo em torno de 10 milhões de pessoas – é formada por cristãos, a maioria, autóctones¹.

¹ De acordo com o relatório de 2020 sobre a liberdade religiosa no mundo do Departamento Estadunidense para a Liberdade de Religião (2020 Report on International Religious Studies Freedom: Egypt).

Os primeiros intelectuais cristãos do Egito

Ao final do séc. II e início do séc. III, o ambiente cultural e erudito de Alexandria, mergulhado nos debates filosóficos – em especial neoplatônicos – se misturou com o cristianismo e fez surgir dois grandes teólogos: Clemente de Alexandria e Orígenes (Drobner, 2003, 133-155). Fazendo jus ao legado platônico de interpretação alegórica da Bíblia já adotado por um filósofo judeu de Alexandria – Filon de Alexandria – Clemente de Alexandria e Orígenes inauguraram a tradição da interpretação alegórica cristã da Bíblia. Nas palavras de Drobner, “de acordo com a visão de mundo platônico-estoica, de que o mundo visível não passa de uma imagem do mundo verdadeiro das ideias, por trás do sentido literal da Sagrada Escritura” há um “sentido espiritual mais profundo” (Drobner, 2003, 137).

Essa maneira de interpretar – alegórica – se contrapunha à maneira de interpretar a Bíblia típica de outra importante cidade da Antiguidade Tardia, Antioquia, onde se dava preferência a interpretações literais (Drobner, 2003, 133-135). A tradição da interpretação alegórica nascida em Alexandria influenciou grandes teólogos na Antiguidade, como Ambrósio, Agostinho e Atanásio. E é até hoje importantíssima no catolicismo². Nunca é demais lembrar, portanto, que a interpretação alegórica cristã da Bíblia nasce e se desenvolve no Egito e, portanto, na África.

O séc. IV

O séc. IV é um dos mais significativos – e também um dos mais conturbados – séculos da história do cristianismo. Começou com a mais violenta perseguição aos cristãos já realizada pelo Império Romano: em 303, o imperador Diocleciano iniciou tal perseguição, que se mostrou particularmente violenta no norte da África e no Egito (Shin, 2018). Aliás, essa perseguição é tão significativa para os cristãos do Egito que eles não contam os anos a partir do presumível nascimento de Cristo, mas a partir do início do reinado do próprio Diocleciano, em 284. Eles chamam os anos não de “antes de Cristo” ou “depois de Cristo”, mas de “Ano dos mártires”, fazendo uma referência aos cristãos martirizados pela perseguição de Diocleciano.

De forma surpreendente, 10 anos depois, as perseguições cessaram e o cristianismo foi declarado religião lícita por meio do Edito de Milão, promulgado pelos imperadores do Ocidente e Oriente, respectivamente, Constantino e Licínio. Constantino também foi o primeiro imperador a se converter ao cristianismo, segundo Eusébio de Cesaréia, o Historiador eclesiástico e biógrafo do próprio Constantino, devido a um sonho na véspera de uma batalha contra o aspirante a imperador Magêncio (Drobner, 2013, 193-230).

A partir de então, o cristianismo – que ganhava adeptos e crescia na clandestinidade – passou a crescer às claras, até que, ao final do mesmo século, o imperador Teodósio o declarou religião oficial do império romano, por meio do Edito de Tessalônica (380). Portanto, a partir do séc. IV, mais precisamente a partir da legalização fruto do Edito de Milão, a Igreja passou a ser reconhecida institucionalmente e o séc. IV se tornou o século dos grandes debates teológicos e dos grandes concílios, o momento no qual a própria Igreja intensificou as expressões dogmáticas de sua doutrina (Drobner, 2013, 193-230).

² Para ilustrar o reconhecimento contemporâneo da validade e importância da interpretação alegórica por parte da Igreja Católica, pode-se citar os parágrafos 115 e 337 do *Catecismo da Igreja Católica* e um documento específico da Pontifícia Comissão Bíblica, *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, de 1993.

É por isso que o século IV é conhecido como a época de ouro da patrística – ou seja, da teologia dos chamados Padres da Igreja, os primeiros grandes teólogos do cristianismo. Num intervalo de cerca de 130 anos – que iria mais ou menos de 325, com o Concílio de Niceia, até 451, com o Concílio de Calcedônia – a cristandade testemunhou 4 grandes Concílios³, e a atuação e os escritos de cerca de quase uma dezena de grandes teólogos que, mais tarde, seriam declarados doutores da Igreja, devido à importância e profundidade de seus escritos para a expressão dos dogmas e da doutrina cristãs. Nomes como Atanásio, João Crisóstomo, Basílio, os Gregórios de Nissa e Nazianzo – esses do Oriente – e Agostinho, Hilário, Ambrósio e Jerônimo – esses do Ocidente – viveram e atuaram todos mais ou menos no intervalo de tempo em questão. Pode-se dizer que nunca na história da cristandade houve um período com uma produção teológica tão intensa e prolífica.

Mas se por um lado as perseguições terminaram na primeira metade do séc. IV, por outro, a Igreja passou a ter de lutar contra as tentativas de interferência do poder imperial nos seus assuntos; os imperadores cristãos julgavam ter o direito de interferir nas questões doutrinárias e eclesiológicas. Se eles possuíam poderes políticos quase que absolutos sobre seu império, julgavam que poderiam ter também poderes sobre a Igreja e o cristianismo. A própria Igreja – por meio principalmente de autoridades eclesiológicas como Atanásio de Alexandria, por exemplo – não aceitava essas tentativas de ingerência do Estado em seus assuntos. E muitos dos embates do século em questão aconteceram por conta disso. E é exatamente no Egito do séc. IV que muito do que acontece de importante nesse contexto toma forma, seja no âmbito meramente teológico e doutrinário, seja no âmbito das relações entre o Império e a Igreja (Drobner, 2013, 193-230).

O Egito do séc. IV

Podemos resumir o que vamos falar sobre o Egito do séc. IV em 3 grandes personagens dessa época que eram nativos da região: Antão, Pacômio e Atanásio. Eu costumo chamá-los de “o esplendor do Egito”, exatamente por serem os 3 personagens principais dessa época de ouro do Egito, pouco conhecida, mas extremamente importante para a história da Humanidade e, principalmente, para a história do cristianismo e do Ocidente.

Antão é chamado de “O Pai dos Monges”, por ser considerado o fundador do monasticismo cristão, esse fenômeno tão importante para a cristandade; ele teria sido o primeiro a se refugiar no deserto do Egito para viver como eremita (Frangiotti, 2002, 285-367). Pacômio, por sua vez, seria o fundador do monasticismo cenobita; diferentemente dos eremitas, que vivem sozinhos por conta própria, os monges cenobitas vivem em um mosteiro, em comunidade, seguindo uma regra monástica e geralmente sob o comando de um abade (Rousseau, 1985). Pacômio fundou o primeiro mosteiro do qual se tem notícia, Tabenasi, no sul do Egito, e juntou a seu redor, vivendo sob as normas de uma regra monástica, eremitas que antes viviam só, dando assim, início ao monasticismo cenobita, que mais tarde se espalharia por toda a cristandade e seria uma das forças modeladoras da Idade Média e do Ocidente (Pernoud, 1996; Baschet, 2006). Atanásio, por sua vez, foi o grande patriarca do Egito no séc. IV: todas as páginas que puderem ser escritas sobre ele seriam poucas para fazer justiça ao seu legado e importância, seja por meio de sua atuação pastoral contra os cismas e as heresias do séc. IV,

³ O Concílio de Niceia, em 325, o I Concílio de Constantinopla, em 381, o Concílio de Éfeso, em 431 e o Concílio de Calcedônia, em 451.

seja por conta de sua vasta produção literária, que aborda temas diversos, que vão desde a questão da divindade de Jesus – assunto essencial para a dogmática do séc. IV – até o estabelecimento de uma lista canônica de livros bíblicos, por exemplo.

Falemos um pouco de cada um desses 3 personagens nas próximas páginas.

“O Deserto tornou-se uma cidade”: o surgimento do monasticismo

Essa famosa frase de Atanásio, na sua obra *Vida e Conduta de Santo Antão* (§ 14), é uma tentativa de resumir um dos novos fenômenos sociais do séc. IV: o monasticismo cristão. Segundo Atanásio – que redigiu a famosa biografia de Antão – inspirados pelo exemplo de Antão, inúmeros cristãos deixaram suas vidas e foram para o deserto viver como monges eremitas, a ponto de o deserto ficar tão povoado quanto uma cidade (Chitty, 1966; Wipszycka, 2009).

Antão era africano, um egípcio nativo; sua língua materna era o copta, a língua autóctone do Egito. Muito provavelmente, não era helenizado, detalhe importante que será abordado em breve. Historicamente, é questionável que ele tenha sido, de fato, o primeiro monge eremita cristão. Não é impossível que tenha havido contemporâneos a ele que tenham se refugiado no deserto nem que tenha havido gente que fez o mesmo antes dele. Mas o fato é que ele se tornou o mais célebre e ficou conhecido como aquele que inspirou o fenômeno que se espalhou pelo Egito e depois por toda a cristandade (Chitty, 1966; Wipszycka, 2009).

O monasticismo surge mais ou menos no mesmo momento em que o cristianismo é legalizado. A legalização do cristianismo fez com que as perseguições aos cristãos acabassem no império e, conseqüentemente, os martírios, ou seja, a execução de cristãos que não negavam sua fé. Até então, o herói do cristianismo, o cristão modelo, era o mártir. Com o fim dos martírios, o monge passa a ser visto como o novo herói, o novo modelo de cristão. Esse novo modelo de herói se baseava em grande medida no ideal de que o monge era o novo mártir. Algumas décadas depois de Antão, Jerônimo (*Epístola* 3, 5.108, 31; *Tractatus de Ps.115*), por exemplo, vai qualificar o monasticismo de o “novo martírio”: Os mártires morriam literalmente, os monges morrem alegoricamente, para o mundo.

O fato de o monasticismo ter nascido no Egito, e não em qualquer outro lugar da cristandade, costuma ser explicado por dois fatores. Primeiramente, o exemplo de personagens bíblicos que se refugiavam no deserto para viverem uma vida de penitência e oração – como Elias, João Batista e o próprio Jesus – poderia ser fácil e literalmente seguido por um egípcio, já que o deserto é uma realidade geográfica da região. O Egito é um país incrustado no deserto e entrecortado pelo Nilo e seu vale fértil. Mas basta uma breve caminhada de alguns quilômetros para se distanciar o suficiente da área fértil e estar no deserto pedregoso e montanhoso. Portanto, o que para a maioria dos cristãos era uma metáfora – refugiar-se no deserto – para o egípcio era uma realidade palpável, próxima, cotidiana (Drobner, 2003, 363).

A segunda razão pode ser apontada como o encontro direto do cristianismo com a cultura nativa do Egito, sem o intermédio da cultura grega. Nas regiões helenizadas – ou seja, sob a influência da cultura e da língua gregas desde a época de Alexandre, o Grande (séc. IV a.C.) – do Egito, o cristianismo chegou e se espalhou vinculado à cultura grega. Mas à medida que chegava às regiões mais longínquas, regiões menos afetadas pela influência da cultura e língua gregas, o cristianismo mantinha contato direto, sem intermediários, com a cultura autóctone do Egito, a milenar e sapiencial cultura egípcia. E esse encontro deu origem ao monasticismo (Drobner, 2003, 363).

Um exemplo interessante desse contato direto do cristianismo com a cultura nativa do Egito está ligado às crenças na vida após a morte. A civilização faraônica foi uma das primeiras a desenvolver todo um conjunto de crenças relativas à vida no além. Essas crenças versavam sobre uma vida material e corpórea após a morte; daí a necessidade de mumificação do defunto, pois se acreditava que ele iria usar o corpo e seus pertences pessoais no além. Essa crença numa vida corpórea e material no além diferia das crenças dos gregos – surgidos séculos depois – segundo as quais a vida após a morte era basicamente espiritual.

As crenças nativas egípcias sobre essa vida corpórea após a morte eram tão fortes e enraizadas que sobreviveram à helenização e à romanização. Isso pode ser comprovado, por exemplo, pelo fato de a mumificação ter continuado a ser uma prática no Egito durante os períodos helenístico e romano, como comprovam as famosas múmias do oásis do Fayum, hoje preservadas no Museu Egípcio do Cairo. Assim sendo, quando o cristianismo chega ao Egito, ele se encaixa como uma luva, já que, no cristianismo existe a crença na ressurreição dos mortos, ou seja, a ideia de que no fim dos tempos, todos ressuscitarão na carne – os justos indo para o Paraíso e os ímpios para o inferno – vivendo uma vida eterna num corpo glorioso, e não somente no espírito. Essa crença egípcia e sua importância podem ser atestadas até às vésperas da islamização por meio de relatos lendários de martírios de cristãos – chamados pelos historiadores de *Paixões Épicas coptas* ou *Atos de Mártires Coptas* – nos quais o corpo do mártir – apesar das horríveis torturas que lhe são impostas – permanece intacto, testemunhando a importância de sua preservação para a vida eterna. Temos, nesse caso, um claro exemplo do encontro do cristianismo popular com as crenças autóctones egípcias (Baumeister, 1972).

Falemos agora de Pacômio. A contribuição desse outro egípcio nativo que provavelmente também não teve contato substancial com a cultura helênica foi, digamos assim, institucionalizar o monasticismo. Ao invés de os monges viverem como eremitas, morando em cavernas no deserto, cada um por conta própria, muitos deles passaram a viver em mosteiros, em comunidade, seguindo uma regra monástica. Além dos mosteiros fundados por Pacômio, muitos outros foram surgindo no sul do Egito e logo se espalharam por toda a cristandade (Rousseau, 1985; Drobner, 2003, 363-365).

Pacômio foi muito provavelmente o autor da primeira regra monástica: um texto com regras que regulam a vida dos monges dentro do mosteiro, com normas sobre alimentação, horários, orações, trabalhos, atividades etc (Drobner, 2003, 365-368). Essa regra foi muito provavelmente redigida em copta e depois traduzida para o grego. Anos mais tarde, ninguém menos que São Jerônimo traduziu-a do grego para o latim (Veilleux, 1981); é provável que essa tradução latina tenha influenciado Bento de Núrsia – também conhecido como São Bento, o “Pai do Ocidente” – na elaboração de sua famosa regra monástica, que costuma ser resumida pelo adágio “Ora et labora”, e cuja importância para a formação do Ocidente é essencial (Drobner, 2003, 493-500).

Os monges cenobitas, ao entrarem para o mosteiro, aprendiam a ler, e muitos aprendiam também a escrever e se tornavam escribas, numa época em que a imensa maioria da população era analfabeta (Veilleux, 1960). Os mosteiros costumavam ter bibliotecas imensas, que são responsáveis por preservar a maioria da literatura greco-romana que chegou até nós⁴. E esse fenômeno aconteceu tanto no Oriente quanto no Ocidente. Além de ser o responsável pela preservação da cultura e da literatura greco-romana, nunca é demais lembrar o papel fundamental

⁴ No caso do Oriente, o mais célebre exemplo é provavelmente o da famosa biblioteca do Mosteiro Branco, no sul do Egito, onde atuou o abade Shenoute de Atripa (Emmel, 2004; Layton, 2014).

que o monasticismo teve para a formação da cristandade e em especial para a formação da civilização ocidental (Pernoud, 1996; Baschet, 2006).

Os monges foram os grandes intelectuais da Idade Média; No Ocidente, em particular, alguns monges, como Tomás de Aquino e Boaventura, ficaram célebres e entraram para a história devido a sua produção literária, intelectual e filosófica (Pierrad, 1997; 161-166). Pode-se citar ainda outros monges menos famosos, como Dionísio Exíguo, que no séc. VI calculou o ano do nascimento de Cristo; a partir de então, a tradicional contagem dos anos, que começava com a fundação de Roma, passou a ser gradualmente substituída pela contagem dos anos que levava em conta o ano do suposto nascimento de Jesus (Finley, 1990, 212). Além disso, a ação dos monges da Antiguidade Tardia e Idade Média como copistas foi essencial para a preservação da maioria da literatura da Antiguidade clássica, como mencionado acima. Sem a ação desses obstinados escribas monásticos, muito da produção literária da Antiguidade não teria chegado até nós (Baschet, 2006).

Assim sendo, nunca é demais lembrar que esse fenômeno tão importante da história da humanidade – e em especial do Ocidente – nasceu no Egito e, portanto, na África. Essa realidade é quase que desconhecida, até mesmo de historiadores, e exatamente por isso deve ser revelada e relembrada com afincos e insistência.

O século de Atanásio

O outro grande personagem do Egito do séc. IV foi Atanásio de Alexandria, o célebre patriarca e Doutor da Igreja. Inspiro-me aqui na expressão para falar da Atenas do séc. V a.C. como século de Péricles e aplico a Atanásio, dada a sua importância para o que aconteceu no séc. IV. A ação desse Patriarca foi tão importante e incansável que ele chegou a ser exilado por 5 vezes pelos imperadores romanos, e isso após o Edito de Milão, ou seja, numa época na qual o cristianismo já estava legalizado (Frangiotti, 2002, 9-44; Drobner, 2003, 255-263). Seria impossível falar de toda a atuação de Atanásio em um único texto. Vamos nos concentrar nos seguintes aspectos, portanto: sua ação contra os arianos, sua ação contra o cisma meliciano, sua ação em favor do estabelecimento do cânon e sua produção literária.

Os arianos

No início do séc. IV, surgiu uma das mais graves controvérsias da história do cristianismo, a controvérsia ariana (HANSON, 1988; DROBNER, 2003, 231-307). Grosso modo, um presbítero de origem Líbia que atuava no Egito, Ário, começou a defender que Jesus não era Deus, mas uma criatura; a mais excelsa das criaturas, criada antes de tudo, mas uma criatura (DROBNER, 2003, 244-248). Logo, as ideias desse presbítero causaram confusão a tal ponto que se viu a necessidade de se convocar o primeiro grande Concílio da história da Igreja, o Concílio de Niceia, em 325 (DROBNER, 2003, 248-255). O Concílio não somente reafirmou que Jesus era Deus como promulgou uma profissão de fé que definia como tal divindade deveria ser expressa: “gerado, não criado, consubstancial ao Pai” (DROBNER, 2003, 251-252).

A época do Concílio, Atanásio era apenas secretário do Patriarca de Alexandria, Alexandre. Quando Atanásio tornou-se patriarca, teve de trabalhar em prol da aceitação do Concílio e de sua profissão de fé. Sua grande batalha foi fazer com que a expressão “gerado, não criado, con-

substancial ao Pai” fosse aceita, já que muitos bispos, talvez até a maioria, da época se opunham à fórmula (Drobner, 2003, 255-263). Deve-se notar, portanto, que, se por um lado o credo niceino definiu de forma oficial como a divindade de Jesus deveria ser expressa, por outro, ele não conseguiu resolver a controvérsia, já que os termos em questão não foram aceitos por muitos. A controvérsia se alongou por décadas e um vislumbre de resolução só surgiu em 380, com o Edito de Tessalônica – aquele mesmo mencionado anteriormente – que definia o cristianismo como religião oficial do Império Romano; mas não qualquer cristianismo, e sim aquele promulgado pelo Concílio de Niceia (Hanson, 1988; Drobner, 2003, 272-307). Tal decisão, que havia partido de uma autoridade política, no caso o imperador Teodósio, foi referendada do ponto de vista eclesiástico no ano seguinte, no I Concílio de Constantinopla, que tratou também, dentre outras coisas, de questões relativas à divindade do Espírito Santo (Drobner, 2003, 302-307).

Atanásio faleceu em 373; assim sendo, não testemunhou nem o Edito de Tessalônica, em 380, nem o I Concílio de Constantinopla. Mas a sua atuação durante o intervalo de tempo entre o Concílio de Niceia em 325 e sua morte em 373 foi fundamental para que doutrina sobre a divindade de Cristo permanecesse viva. Em resumo, se hoje os cristãos acreditam que Jesus é Deus, eles devem isso à incansável batalha desse africano egípcio, Atanásio de Alexandria.

O cisma meliciano

Outra grande batalha de Atanásio foi contra o cisma meliciano (Griggs, 1991, 117-133). O fim da perseguição de Diocleciano – sobre a qual já falamos acima – gerou um problema: o que fazer com aqueles cristãos que tinham renegado a fé diante da ameaça de morte? Aceitá-los de volta como cristãos ou bani-los para sempre. A posição geral da Igreja era de aceitá-los de volta, mas um grupo de egípcios, liderados pelo bispo Melécio de Lycópolis, argumentava que eles deveriam ser excluídos ou readmitidos somente mediante severas penitências públicas. O impasse acabou resultando em um cisma: os seguidores de Melécio – daí o nome “cisma meliciano” – se separaram da Igreja e passaram a chamar a si mesmos de “igreja dos mártires”. Atanásio dedicou boa parte de sua vida pastoral a combater e acabar com esse cisma (Griggs, 1991, 117-133), denunciando várias de suas práticas, como, por exemplo, desenterrar os restos mortais de mártires para enterrá-los em outro local (*Cartas Festivas* 41 e 42; Cf. Lefort, 1965, 23-28 e 62-67).

O cânon

Todo ano, os patriarcas de Alexandria escreviam uma carta festiva, na qual definiam as datas das festas religiosas da Igreja do Egito naquele ano (Lefort, 1965; Dias Chaves, 2015, 48). Nessas cartas, eles aproveitavam para tratar de assuntos doutrinários. Em 367, Atanásio escreveu a sua carta festiva mais famosa, na qual ele fornece uma lista canônica, ou seja, uma lista com os textos que deveriam fazer parte da Bíblia (*Carta Festiva* 39, Cf. Lefort, 1965, 31-40). Não há espaço aqui para uma discussão profunda sobre a questão do estabelecimento do Cânon, mas pode-se dizer que essa lista de Atanásio se insere no conjunto das importantes discussões sobre o estabelecimento do texto bíblico. Trata-se de uma das mais antigas listas canônicas cuja procedência e autor são conhecidos. Mais do que isso, é uma lista elaborada por uma autoridade eclesiástica cuja atuação no conturbado século IV é bastante conhecida e foi bastante decisiva.

Obras de Atanásio

As obras de Atanásio refletem sua atuação pastoral e abordam as questões nas quais ele se envolveu, como a controvérsia ariana, o cisma meliciano e a questão do cânon (Frangiotti, 2002, 22-33; Drobner, 2003, 260-263). Destaquemos algumas de suas obras.

A primeira é a *Encarnação do Verbo*. Como o próprio título da obra sugere, nela, o autor defende a encarnação do verbo, ou seja, que Jesus é Deus. Essa obra é o testemunho doutrinal da maior e mais famosa batalha pastoral de Atanásio, a batalha pela aceitação da divindade de Jesus, diante das dificuldades na recepção do Concílio de Niceia e do seu credo (Frangiotti, 2002, 119-291; Drobner, 2003, 260-261).

A segunda obra que destacamos aqui é a *Vida e Conduta de Santo Antão*: a primeira biografia de um santo (hagiografia), que acabou servindo de modelo para as biografias de santos posteriores. Essa obra ajudou Atanásio a se manter próximo dos monges egípcios, que, historicamente, se tornaram um dos grandes aliados do patriarcado de Alexandria. Na obra em questão, Atanásio traça um perfil do modelo de monge, ilustrado por Antão, que, além da ascese e mortificações extremas e da solidão e isolamento, trava batalhas e vence até mesmo os demônios. Todas as virtudes de Antão fazem dele um santo que chega até a desenvolver carismas de profecia e clarividência, além de passar por experiências visionárias e viagens ao além (Frangiotti, 2002, 285-367; Drobner, 2003, 261; Dias Chaves, 2018, 178-182.232-356). Como mencionado acima, a *Vida e Conduta de Santo Antão* se torna uma espécie de modelo das hagiografias posteriores, principalmente a de monges, mas alguns dos temas literários inaugurados por Atanásio na obra em questão podem ser encontrados até mesmo em biografias de santos recentes, como a do Cura d’Ars – São João Maria Vianney – na qual, a exemplo do santo egípcio, o santo francês do séc. XIX, padroeiro dos padres, enfrenta os demônios (Trochu, 1927).

As demais obras de Atanásio elucidam não somente a sua ação pastoral enquanto Patriarca de Alexandria e, portanto, maior autoridade eclesiástica do Egito – e, conseqüentemente, do nordeste da África – mas constituem ainda um importante testemunho dos acontecimentos políticos e religiosos da época. Pode-se citar, por exemplo, o embate entre Igreja e poder imperial, fruto da cristianização do império. Se antes o império romano apenas perseguia os cristãos, com a conversão de Constantino, a atitude dos governantes passa a ser, muitas vezes, de ingerência nos assuntos eclesiásticos (Drobner, 2013, 193-230). Duas das obras de Atanásio – a *Apologia ao Imperador Constâncio* (Frangiotti, 2002, 205-249) e *Apologia de sua Fuga* (Frangiotti, 2002, 253-282) – ajudam a entender essa questão, por exemplo.

Falemos agora brevemente sobre outros tipos de fontes que podem ajudar no estudo e compreensão do Egito na Antiguidade Tardia e, em especial, no séc. IV.

Fontes para o estudo do Egito cristão no séc. IV e na Antiguidade Tardia

Não é segredo, nem novidade, que o trabalho do historiador depende necessariamente da análise de fontes primárias. Sem as fontes primárias, o historiador não está apto a tecer seus próprios comentários e redigir sua própria análise do passado; ele se limita, simplesmente, a repetir o que outros historiadores já disseram antes dele. Não seria diferente no caso da história do cristianismo na Antiguidade tardia e, em especial, no que tange ao assunto do presente texto, no caso do Egito do séc. IV. Assim sendo, cabe aqui um pequeno inventário das principais fontes

primárias que permitem o estudo do contexto aqui exposto. E ao falarmos de fontes primárias, adotamos um entendimento amplo do termo, abarcando não somente as fontes literárias, mas também as fontes epigráficas, imagéticas e a cultura material (Guarinello, 2013, 29-46).

Começamos pelas fontes literárias ou documentais (Dias Chaves, 2015, 59-78). Pode-se dividir os principais conjuntos de fontes primárias literárias que nos ajudam a conhecer o Egito cristão do séc. IV nos seguintes grupos: Histórias Eclesiásticas (Drobner, 2003, 231-244), Cartas Sinodais ou sobre sínodos (Martin; Morales, 2013), Literatura monástica, como cartas, regras, instruções (Drobner, 2003, 363-394), Vidas de Santos – as chamadas hagiografias (Drobner, 2003, 386-390) – e Apócrifos do Novo Testamento (Dias Chaves, 2015).

No tocante à preservação e transmissão das fontes documentais que versam sobre o Egito da Antiguidade tardia, vale ressaltar a importância da língua copta, o último estágio de desenvolvimento da língua autóctone do Egito. O clima do Egito é extremamente seco e, portanto, propício para a preservação de manuscritos. É por conta disso que a quantidade de fontes documentais preservadas em copta é enorme. Praticamente todos os tipos de textos produzidos pelo grande universo da literatura cristã da Antiguidade – desde textos patrísticos a versões da Bíblia, passando por apócrifos do Novo Testamento, hagiografias e literatura monástica – foram preservados e transmitidos, em maior ou menor grau, em copta. Mesmo no tocante à literatura transmitida diretamente em grego, a quantidade de manuscritos de origem egípcia é enorme, como pode ser demonstrado pela incontável quantidade de fragmentos e manuscritos do conjunto de papiros de Oxyrhynchus.

Além disso, é possível – e até bastante provável – que muito da literatura cristã antiga e medieval que foi preservada em outras línguas do leste da África, como o núbio e o etiópico, por exemplo, tenha usado o copta como intermediário do grego (Suciu, 2015). Ou ainda, que sejam traduções de originais coptas, como é o caso, por exemplo, da antologia apócrifa preservada em etiópico conhecida pelo nome de *Contenda dos Doze Apóstolos* (Dias Chaves, 2018). O copta, portanto, além de ser o último estágio de desenvolvimento da língua autóctone egípcia, tem ainda uma importância para o que foi preservado em outras línguas africanas.

Vale ainda pontuar que, devido ao contexto arqueológico egípcio, que ainda tem muito a ser explorado, a possibilidade de novas descobertas de conjuntos de manuscritos é uma possibilidade plausível. Há ainda conjuntos de manuscritos orientais – muitos de proveniência egípcia – guardados em bibliotecas ocidentais que nunca foram catalogados ou editados.

Para além das fontes documentais, recentemente, a adoção de abordagens interdisciplinares tem levado os historiadores da Antiguidade a se familiarizarem cada vez mais com fontes primárias que vão além das tradicionais fontes literárias (Guarinello, 2013). Espera-se que tal tendência comece a se delinear também no estudo do cristianismo antigo e do Egito da Antiguidade Tardia. Como se trata de abordagens que tem sido (re)descobertas recentemente, as tentativas de obtenção de dados do passado por meio delas ainda é muito incipiente no âmbito do Egito da Antiguidade Tardia, apesar de as perspectivas serem otimistas. Além disso, como muitos desses dados são restos da cultura material do homem da época em questão, eles são obtidos por meio de achados fortuitos ou escavações arqueológicas; e isso, causa outra dificuldade, já que, por questões econômicas e turísticas, as escavações arqueológicas no Egito costumam priorizar a época faraônica, ou, de modo secundário, as épocas helenística e romana. São pouquíssimas as iniciativas arqueológicas que têm como finalidade encontrar restos da cultura material do Egito bizantino ou da Antiguidade Tardia.

As grandes subvenções e missões arqueológicas buscam, prioritariamente, múmias e restos materiais do Egito dos faraós, do Egito Dinástico e raramente se dedicam a escavações de períodos mais recentes, como o da Antiguidade Tardia e do período bizantino. De qualquer forma, um exemplo arqueológico elucidativo das 3 realidades evocadas acima – epigrafia, iconografia e cultura material – pode ser encontrado no âmbito de escavações e investigações de mosteiros coptas do sul do Egito, como os antigos mosteiros da federação pacomiana (GHICA, 2018). Tradicionalmente, é sabido que os mosteiros egípcios deixaram, via de regra, bibliotecas com diversos manuscritos que contém valiosas fontes literárias para a investigação dos seus contextos de produção e recepção. Mas os exemplos da cultura material dos mosteiros vão além disso. É possível encontrar exemplos de inscrições epigráficas nas paredes das células monásticas, os primeiros ícones cristãos e artefatos usados pelos monges (ATALLA, 1989). Trata-se, portanto, de um universo quase que inexplorado, mas, ao mesmo tempo, pleno de possibilidades.

Considerações finais

O Egito do séc. IV foi o palco de uma série de eventos decisivos para a história do cristianismo e, conseqüentemente, do Ocidente. Esses acontecimentos não só influenciaram como modelaram de maneira decisiva questões fundamentais para a história de toda a cristandade, como o surgimento do monasticismo, a crença na divindade de Jesus, a formação da lista dos textos bíblicos e até mesmo o surgimento de gêneros literários, como as regras monásticas e hagiografias (vidas de santos). Esses eventos foram igualmente protagonizados por personagens egípcios, portanto, africanos, como Atanásio, Pacômio e Antão. E mesmo seus antagonistas, como Ário – que se tornou o protótipo do herege – eram africanos (Ário, era de origem líbia). Essa é uma realidade pouco conhecida, mas que jamais deve ser esquecida: A África, por meio do Egito, foi o centro intelectual do cristianismo no séc. IV, esse momento tão decisivo na história dessa religião e da humanidade, em especial do Ocidente.

Posto isso, uma aproximação entre as histórias e os historiadores destas diferentes áreas – história do cristianismo e história da África – tem muito a oferecer. Além, é claro, de abordagens interdisciplinares que promovam o estudo do período em questão por meio de diversos tipos de fontes, desde as tradicionais fontes documentais, até as pouco exploradas fontes arqueológicas, epigráficas e iconográficas.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

- ATALLA, Nabil Selim. **Coptic Art: Wall Paintings/L'Art copte: Peintures Murales**. Cairo: Lehnert & Landrock Succ, 1989.
- BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: Do Ano Mil à Colonização da América**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- BAUMEISTER, Theofried. **Martyr invictus: Der Martyrer als Sinnbild der Erlösung in der Legende und im Kult der frühen koptischen Kirche**. Münster: resensberg, 1972.
- BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé**. Lisboa: Verbo, 1972.
- CHITTY, Derwas J. **The Desert a City: An Introduction to the Study of Egyptian and Palestinian Monasticism under the Christian Empire**. Oxford: Blackwell, 1966.
- DELEHAYE, Hippolyte. **The Legends of the Saints: An Introduction to Hagiographie**. London/New York/Bombay/Calcuta: University of Notre Dame Press, 1961.
- DIAS CHAVES, Julio Cesar. **A Gnose em Questão: Ensaio sobre Gnose e Apocalíptica na Antiguidade e a Biblioteca Copta de Nag Hammadi**. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.
- DIAS CHAVES, Julio Cesar. **Nag Hammadi Codex V and Late Antique Coptic Hagiographies: A Comparative Approach**. Tese de doutorado em Ciências das Religiões, Québec: Université Laval, 2018.
- DROBNER, Hubertus. **Manual de Patrologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- EMMEL, Stephen. **Shenoute's Literary Corpus. 2 Vols**. Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium 599-600. Louvain: Peeters, 2004.
- FINLEY, Moses I. **Aspectos da Antiguidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- FRANGIOTTI, Roque. **Santo Atanásio**. Coleção Patrística 18. São Paulo: Paulus, 2002.
- GHICA, Victor. "L'archéologie du monachisme égyptien au IV^e siècle : État de la question". In CRÉGHEUR, Eric, PAINCHAUD, Louis e RASIMUS, Tuomas (orgs.) **Nag Hammadi à 70 ans**. Qu'avons-nous appris ? Nag Hammadi at 70: What Have We Learned? Québec/Leuven: Les Presses de l'Université Laval/Peeters, 2019. p. 121-154.
- GRIGGS, C. Wilfrid. **Early Egyptian Christianity: From Its Origins to 451 C.E**. Leiden/New York/København/Köln: E.J. Brill, 1991.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- HANSON, Richard P.C. **The Search for the Christian Doctrine of God: The Arian Controversy. 318-381**. Edinburg: T&T Clark, 1988.
- HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Editora Companhia de Bolso, 2006.
- LAYTON, Bentley. **The Canons of Our Fathers: Monastic Rules of Shenoute**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- LEFORT, Louis-Théophile. **S. Athanase: lettres festales et pstotales em copte**. Corpus Scriptorum, Christianorum, Orientalium 150-151. Louvain: Universitatis Catholicae Americae et Universitatis Catholicae Louvaniensis, 1965.
- LÉVÊQUE, Pierre. **As Primeiras Civilizações: da Idade da Pedra aos Povos Semitas**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- MARTIN, Annick e MORALES, Xavier. **Athanase d'Alexandrie: Lettre sur les synodes**. Sources chrétiennes 563. Paris : Les Éditions du Cerf, 2013.
- PERNOUD, Régine. **Luz Sobre a Idade Média**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1996.
- PIERRARD, Pierre. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Paulus, 1997.
- PIRENNE, Henry. **Mahomet et Charlemagne**. Paris: Félix Alcan nouvelle société d'éditions, 1937.
- ROUSSEAU, Philip. **Pachomius: The Making of a Community in Fourth Century Egypt**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1985.
- SAWANSON, Mark. **The Coptic Papacy in Islamic Egypt (641-1517)**. Cairo: American University in Cairo Press, 2010.
- SHIN, Mia S. **The Great Persecution: A Historical Re-Examination**. Studia Antiqua Australiensia 8. Turnhout: Brepols, 2018.
- SUCIU, Alin. "O Evangelho do Salvador (P. Berol. 22220) no seu contexto: Jesus e os apóstolos na literatura copta". In: DIAS CHAVES, Julio Cesar; DOBRORUKA, Vicente (orgs.) **Espectadores do Sagrado: literatura apocalíptica, apócrifos do Novo Testamento e experiência visionária**. Brasília: Ed. UnB. p. 221-258.
- TROCHU, Francis. **Le Curé d'Ars**. Paris/Lyon. 1927.

VEILLEUX, Armand. **La Liturgie dans le cénobitisme pachômien au quatrième siècle**. Roma: Pontificium Institutum S. Aelmi, 1960.

VEILLEUX, Armand. **Pachomian Koinonia Volume Two: Pachomian Cheonicles and Rules**. Cistercian Studies Series 46. Kalamazoo (MI): Cistercian Publications, 1981.

WIPSZYCKA, Ewa. **Moines et communautés monastiques en Égypte (IVe – VIIIe siècles)**. The Journal of Juristic Papyrology Supplement XI. Varsovie:

Faculty of Law and Administration of Warsaw University/Institute of Archaeology of Warsaw University, 2009.

Sites de Internet

2020 Report on International Religious Freedom: Egypt. (<https://www.state.gov/reports/2020-report-on-international-religious-freedom/egypt/>). Acessado em 30 de setembro de 2021.